

Campanha Global pela Educação

Reunião da Directoria de 03 a 05 de Junho de 2023

Documento da Directoria 11b

Documento informativo sobre as áreas prioritárias de enfoque estabelecidas pelo Plano Estratégico 2023-2027

Aprendizagem Digital

1. Contexto

Este documento descreve brevemente algumas das tensões em alinhar a expansão da educação digital e a obrigação do estado de garantir o direito à educação para todos. O documento dá especial atenção a como a digitalização da educação está a exacerbar as desigualdades dentro e fora da escola, e como a falta de regulamentação do envolvimento de actores privados na oferta de digitalização da educação promove formas antigas e emergentes de comercialização e privatização da educação.

Para um país implementar efectivamente a tecnologia na educação, “[eles] precisam de investimento multissetorial não apenas em electricidade, infra-estrutura, equipamentos, data (acesso à informação por internet) e conectividade, mas também em conteúdo educacional, treinamento de professores, maior desenvolvimento de capacitação em todo o sector da educação, e pesquisa”. Para tratar das questões de todo sistema sobre a capacidade, promoção e carreira dos professores, os padrões de competência em TIC (Tecnologia de Comunicação e Informação) para professores devem ser desenvolvidos e implementados de acordo com as realidades e necessidades dos países, seguidos de treinamento inicial e contínuo de professores, treinamento pedagógico, e outros mecanismos de apoio, com ênfase numa pedagogia eficaz na utilização de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. As estruturas de alfabetização digital devem ser desenvolvidas e integradas aos currículos nacionais, e os professores devem ser apoiados para desenvolverem sua própria formação digital e promover a tecnologia com abordagens¹ pedagógicas adequadas. Os professores e os seus sindicatos representativos devem ser envolvidos a todos os níveis na criação, comando, implementação e avaliação destas ferramentas. Isto é crucial para uma identificação adequada dos problemas que a EdTech pretende resolver. A falha para que seja alcançada uma política de EdTech tão abrangente exige, de acordo com a UNICEF, um financiamento estimado de pelo menos US\$ 1,4 trilhão até 2030² para cobrir investimentos relacionados à aprendizagem digital. A UNICEF também destacou que 68% dos jovens³ não estão no rumo para desenvolver competências digitais, com grandes disparidades entre países

¹ UNICEF, ‘Pulse Check on Digital Learning’, UNICEF, New York, 2022.

² <https://www.unicef-irc.org/publications/1301-how-much-does-universal-digital-learning-cost.html>

³ <https://www.unicef.org/reports/recovering-learning>

de alta e baixa renda, e diferenças de género que favorecem os rapazes, o que poderá ser necessário criar políticas sensíveis ao género na EdTech.

Vale ressaltar que os instrumentos legais relevantes para o direito à educação permanecem totalmente aplicáveis à tecnologia educacional (EdTech) e à educação digital e, portanto, devem ser informadas tais políticas. Com importância específica, temos: o artigo 26 sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os artigos 13 e 14 sobre o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, os artigos 28 e 29 sobre a Convenção dos Direitos da Criança e a Convenção contra a Discriminação na Educação da UNESCO. De acordo com o artigo 27 sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o artigo 15 sobre o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, todos têm o direito de compartilhar o avanço científico e seus benefícios.

2. O Plano Estratégico da CGE (2023-2027)

A CGE está ciente de que a disparidade digital e a capacidade das instituições de ensino em transmitir competências digitais e de pensamento crítico irão tornar-se, mais do que nunca, um factor determinante para o progresso da educação. Nos países de renda alta, 90% dos alunos jovens estão conectados digitalmente, mas na África Subsaariana, por exemplo, este número é de apenas 5% (UNESCO)⁴. Estes dados revelam desigualdades estruturais existentes, que só poderão ser superadas com maiores e melhores esforços da comunidade internacional e com uma série de transformações nas áreas de políticas públicas, financiamento e formação de professores, entre outras, nas quais escolas, estudantes, alunos adultos e professores têm acesso à tecnologia.

Como declara o Plano Estratégico da CGE, as soluções digitais e tecnológicas podem desempenhar o papel de catalisadores na reforma da educação e permitir o acesso à aprendizagem e a continuidade da educação para alunos com barreiras críticas de acesso, como aqueles portadores de deficiência ou em emergências. Para que isto seja possível, é preciso entender que a tecnologia não é apenas uma ferramenta, mas um bem de mercado, com carga ideológica e política voltada para o lucro com a venda de produtos e a consolidação das redes de fornecimento que também controlam, censuram ou limitam a informação, segundo valores que nem sempre estão alinhados com os direitos humanos.

3. Desafios críticos

Os desafios associados à EdTech requerem tomar posições críticas nos discursos dominantes que engrandecem as novas tecnologias, sem medir as suas implicações e limitações, como a acentuação do individualismo que pode fragilizar a interacção social, solidariedade e cooperação.

⁴ GCE Strategic Plan 2023-2027, p.3.

A desigualdade no acesso às novas tecnologias entre os alunos é desenfreada e depende muito das capacidades económicas e sociais das famílias, o que leva ao aumento das assimetrias entre os estudantes⁵, que afecta sobretudo os que vivem nas zonas rurais.

A CGE reconhece a EdTech e a aprendizagem digital como um instrumento valioso, que deve ser incorporado ao trabalho pedagógico e ao currículo em geral. Isto torna necessário garantir que tanto os professores como os alunos tenham competências digitais suficientes para a vida, o trabalho e a cidadania activa e a utilização de ferramentas digitais como uma abordagem e uma ferramenta precisa que pode ser utilizada em todas as disciplinas. Os professores devem ter autonomia para escolher quando, o quê, se e como usarão a tecnologia nas salas de aula. Isto não nos impede de identificar o risco ideológico que a EdTech provoca, que rege a “produção da verdade” nos espaços digitais, nos quais as formações digitais não apenas reconfiguraram paisagens epistemológicas e sociais, mas também transformaram identificações, filiações e noções de cidadania⁶.

A educação tradicional transmitida pela tecnologia, especialmente quando ela, ao invés de incentivar o pensamento crítico, pode aumentar os desequilíbrios de poder, dentro e fora da sala de aula⁷. Como enfatiza o ex-Relator Especial da ONU sobre o Direito à Educação, Professor Boly Berry, a introdução da educação digital pode melhorar a educação ou prejudicá-la, dependendo do contexto e das medidas políticas que acompanham este processo. De facto, de acordo com seu relatório, no mundo cada vez mais digital de hoje, o que conta do ponto de vista do direito à educação não é tanto a introdução de máquinas e programas para “entregar” o ensino, mas a busca por uma educação digital abrangente para capacitar as pessoas com as competências digitais a fim de participar de todas as dimensões da vida humana (civil, cultural, económica, política e social), activamente e livremente, e para tornarem-se cidadãos⁸ activos.

As ferramentas da Inteligência Artificial (IA) na educação continuam a ser uma questão controvertida, em vários sentidos relacionados com a profissão do professor:

- O futuro do trabalho: muitas ferramentas de IA procuram substituir as funções actuais na educação, o que levanta questões sobre o trabalho, as responsabilidades e a situação dos professores, bem como do pessoal de apoio à educação.
- O papel da profissão: se estas ferramentas procuram fornecer soluções, quem definiu o problema? A profissão precisa estar envolvida na criação, no comando e na avaliação de ferramentas de IA.
- Reiteirar a agência profissional e a autonomia: os professores precisam ser confiáveis, treinados e apoiados para tomarem decisões em torno da utilização da IA na educação.

⁵ Barceló, Pep. El cautiverio ideológico de las nuevas tecnologías. <https://vientosur.info/el-cautiverio-ideologico-de-las-nuevas-tecnologias/>

⁶ Darwin, Ron. (2017). Language, Ideology, and Critical Digital Literacy. University of British Columbia - Vancouver

⁷ Revista de la Escuela de Ciencias de la Educación. 2022, Año 18 2(17), 109-123. Julio a diciembre. Cruz Picón, P.E. y Hernández Correa, L.J. Tecnología, educación y poder: una dominante correlación desde el Estado Moderno.

⁸ Bolly Barry, parag. 22-36

- Defender a educação como um empenho social e de relacionamento: a interacção entre aluno e professor é fundamental e uma pré-condição para uma educação de qualidade.
- Dados: Garantir a protecção e segurança dos dados on e offline dos usuários e a privacidade de alunos e professores.

Finalmente, a relação entre tecnologia, digitalização e educação envolve, inevitavelmente, a relação com actores não estatais e especialmente com corporações e empresas que fazem negócios com a tecnologia da informação. A Education International denunciou que a "virada" para "treinamento online" e "ensino de emergência à distância" deu poder acentuado aos provedores comerciais de tecnologias educacionais para vender os seus produtos e incentivar as escolas, professores e pais a usá-los, e também a recorrer às leis dos direitos autorais que nem sempre são adequadas para o ensino e criam barreiras prejudiciais à liberdade profissional e à autonomia⁹ dos professores.

Como afirma a IE, a EdTech é uma indústria em rápido crescimento. Contudo, não em todos os lugares. Um relatório¹⁰ recente da UNICEF sobre o COVID-19 revela que pelo menos 463 milhões de estudantes foram excluídos da educação porque não têm meios de acessar o ensino remoto ou não pode ser oferecido o ensino remoto. Ao mesmo tempo, espera-se que o tamanho do mercado global de EdTech cresça 18% ao ano, e atinja um tamanho de mercado de US\$ 285,2 bilhões em 2027¹¹.

4. Próximos passos

A CGE deve promover acções de advocacia para facilitar o acesso à EdTech para que a oferta tecnológica adapte-se aos diferentes contextos culturais, faixas etárias e, principalmente, para que acompanhe e reforce as aprendizagens individuais e colectivas. A CGE também é chamada a defender a protecção de dados e a segurança dos usuários nos processos educativos e a EdTech deve ter como objectivo apoiar o ensino presencial e o papel fundamental desempenhado pelos professores na promoção do pensamento crítico e no desenvolvimento do conhecimento, competências, talentos e habilidades dos alunos.

O acesso à tecnologia não significa aumentar o seu custo ou privatizar o seu usufruto. A EdTech deve fazer parte de uma estratégia pública, que inclua todos os níveis e modalidades de ensino como parte de um plano sectorial da educação. O Estado é responsável por incorporar a tecnologia apropriada nos sistemas de educação pública gratuita, inclusiva e de qualidade, que respondem ao cyberbullying e também é responsável por garantir a privacidade e protecção dos dados de alunos e professores, como parte do seu bem-estar. Da mesma forma, deve promover a sua adaptação a diversas populações e incentivar o seu uso por mulheres, pessoas portadoras de deficiência e grupos marginalizados. Para isto, o treinamento de professores é fundamental, pois nenhuma aprendizagem digital é chamada a

⁹ Blikstein, P., & Blikstein, I. (2021). Do Educational Technologies Have Politics? A Semiotic Analysis of the Discourse of Educational Technologies and Artificial Intelligence in Education. In *Algorithmic Rights and Protections for Children*. <https://doi.org/10.1162/ba67f642.646d0673>.

¹⁰ United Nations Children's Fund, "Covid-19: Are children able to continue learning during school closures? A global analysis of the potential reach of remote learning policies using data from 100 countries." UNICEF, New York, 2020.

¹¹ Education International. Teaching with Tech: The role of education unions in shaping the future. Summary. Survey Report by Christina Colclough. January 2021.

substituir o seu trabalho. Chamar a atenção dos estados para estas obrigações faz parte do trabalho da CGE.

A qualificação da tecnologia apenas como uma ferramenta ignora as estruturas económicas e políticas de poder por trás da introdução da tecnologia, bem como as múltiplas desigualdades que emergem em termos de quais actores são beneficiados da criação, comercialização e uso da tecnologia. Para ser mais específica, a CGE reconhece que “enquanto a falta de dispositivos tecnológicos e competências para usar a tecnologia dominam os países do Sul Global, o desenvolvimento da tecnologia e a sua comercialização, bem como a perpetuação das práticas coloniais para tornar as economias de baixa renda dependentes da tecnologia desenvolvida em economias ricas, prevalecem nos debates políticos no Norte Global.”¹²

¹² Perez Murcia, L.E. (2022). Global Campaign for Education: SDG4 Spotlight Report. Mimeo. Johannesburg.